

Superior Tribunal de Justiça

RE no RECURSO ESPECIAL nº 1777632 - SP (2018/0291611-1)

RECORRENTE : CONDOMINIO EDIFICIO MAISON ROSSEAU RENOIR
ADVOGADO : LUIZ FELIPE DE MESQUITA BERGAMO E OUTRO(S) -
SP232816
RECORRIDO : JOSE LUIS ROMERO REIG
ADVOGADOS : RENATO AUGUSTO DE CARVALHO NOGUEIRA -
SP245343
: ARTHUR ANTONIOLI DE ARAUJO E OUTRO(S) - SP266208
: JOÃO MARCOS CAVICHIOLI FEITEIRO - SP307654

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO CIVIL.
PRESCRIÇÃO. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL.
OFENSA REFLEXA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL.
RECURSO NÃO ADMITIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por CONDOMINIO EDIFÍCIO MAISON ROSSEAU RENOIR, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Terceira Turma deste Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fls. 735/736):

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE COBRANÇA DE TAXA CONDOMINIAL. AFIRMADA VIOLAÇÃO DOS ARTS. 183, 467, 468, 471, 472 E 472 DO CPC/73. PREQUESTIONAMENTO INEXISTENTE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS NºS. 282 E 356 DO STF. DEFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA Nº 284 DO STF. ALEGADA NEGATIVA DE VIGÊNCIA DOS ARTS. 219 DO CPC/73 E 202, § 5º, I, DO CC/02. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO. RÉUS QUE FALECERAM ANTES DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. TRÂNSITO EM JULGADO DE DECISÃO QUE ANULOU O PROCESSO E A CITAÇÃO POR EDITAL. CITAÇÃO DECRETADA NULA NÃO PODE INTERROMPER O PRAZO PRESCRICIONAL. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. Aplicabilidade das disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade do recurso especial ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos aos requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

2. A ausência do indispensável prequestionamento do tema federal e a deficiência na fundamentação impossibilitam o conhecimento do

Superior Tribunal de Justiça

recurso especial, no que tange a alegada ofensa aos arts. 183, 467, 468, 471, 472 e 472 do CPC/73. Aplicação, por analogia, das Súmulas n.ºs. 282, 356 e 284 do STF.

3. Da interpretação conjugada das normas dos arts. 219 do CPC/73 e 202, I, do CC/02, extrai-se o entendimento de que a prescrição é interrompida pelo despacho que ordena a citação e que a sua concretização faz com que seus efeitos interruptivos retroajam à data da propositura da ação.

4. Processo em que não houve citação válida é inexistente.

4.1. Decretada a nulidade absoluta do processo e da citação por edital dos réus falecidos antes da propositura da ação de cobrança da taxa condominial por decisão já transitada em julgado, não pode ele renascer já que não existiu, muito menos ela serviu para interromper a prescrição.

4.2. Ato nulo, por resguardar interesse público maior, em regra, é ineficaz, não pode ser confirmado pelas partes e não pode ser convalidado pelo decurso do tempo.

5. A Corte Especial já proclamou que não há interrupção da prescrição (i) se a citação ocorre depois da implementação do prazo prescricional; ou, mesmo antes, (ii) se a citação não obedece a forma da lei processual.

6. Recurso especial provido para reconhecer a ocorrência da prescrição.

Nas razões de seu recurso extraordinário (fls. 759/777), o recorrente alega a existência de repercussão geral da questão tratada e aduz que o acórdão recorrido violou o artigo 5º, incisos XXXV, XXXVI, LIV e LXXVIII, da Constituição Federal.

Afirma que o acórdão recorrido desconsidera que "a dívida referente às taxas condominiais é obrigação *propter rem*, e desconsidera que o recorrido foi efetivamente citado em abril de 2014, data em que ainda eram devidas taxas condominiais, pois as mesmas referem-se às pendências de setembro de 2002 até maio de 2014" (fl. 776).

Diante disso, afirma que o julgado isenta o verdadeiro responsável pelo pagamento, penaliza os demais condôminos e deixa de observar os princípios da inafastabilidade jurisdicional, do acesso à Justiça, da garantia do Direito adquirido, da garantia à razoável duração do processo, e do devido processo legal substantivo.

As contrarrazões foram apresentadas às fls. 784/808.

É o relatório.

O recurso extraordinário não comporta admissão.

Cinge-se a controvérsia vertida nos autos à questão da alegada violação do artigo 5º, incisos XXXV, XXXVI, LIV e LXXVIII, da Constituição Federal, os quais, a seu ver, teriam sido violados ante o reconhecimento da ocorrência da prescrição.

No que tange ao assunto debatido, o acórdão recorrido assim consignou (fls. 750/755):

Assim, na hipótese dos autos, em que não houve a extinção do processo sem resolução do mérito, mas foi decretada, por decisão preclusa, diante do falecimento dos réus antes do ajuizamento da ação, a nulidade de todo o feito desde o início, até mesmo da citação por edital, bem como se determinou a regularização do polo passivo em 2014, com o redirecionamento da ação contra o herdeiro, deve ser aplicado o

Superior Tribunal de Justiça

mesmo direito, entendendo-se como correto, o procedimento adotado pelo Juízo *a quo* que deu seguimento ao feito.

Contudo, o mesmo não pode ser dito em relação a conclusão de que a citação dos réus já falecidos por edital, expressamente anulada por decisão preclusa, teria o condão de interromper o prazo prescricional, como entendeu a Corte de origem.

O ato nulo, como é sabido, por resguardar o interesse público maior, em regra é ineficaz, e, também, nos termos do art. 169 do CC/02, não pode ser confirmado pelas partes, nem tampouco convalidado pelo tempo, devendo ele ser conhecido de ofício pelo juiz quando dele se inteirar, como ocorreu na espécie.

Ora, se já foi dito que a interrupção da prescrição se dá com o despacho que ordenar a citação a ser promovida no prazo e na forma legal, então, para ela ser válida, conferindo a eficácia de retroagir à data da propositura da ação, e como no caso, a citação válida do herdeiro somente veio a ocorrer em 2014, dever ser reconhecida a prescrição da pretensão do CONDOMÍNIO.

Isso porque, na ação promovida em 2003 contra réus já falecidos na qual efetivamente a citação válida, que teve o condão de interromper o prazo prescricional, somente se efetivou na pessoa do herdeiro deles, em 2014, ou seja, muito além dos cinco anos do prazo previsto no art. 206, § 5º, I, do CC/02.

Por oportuno, convém registrar que esta Corte Superior, no julgamento do Recurso Especial nº 1.483.930/DF, no rito dos recursos repetitivos, publicado no DJe de 1º/2/2017, consolidou o entendimento de que "na vigência do Código Civil de 2002 é quinquenal o prazo prescricional para que o Condomínio geral ou edifício (vertical ou horizontal) exercite a pretensão de cobrança de taxa condominial ordinária ou extraordinária, constante em instrumento público ou particular, a contar do dia seguinte ao vencimento da prestação."

Não é só.

Como o Juízo *a quo*, após a declaração de nulidade de todos os atos processuais, inclusive da citação por edital dos réus originários, determinou a alteração do polo passivo da ação com a inclusão e a citação do herdeiro deles, operou-se, em verdade, a emenda da inicial ajuizada em 2003, com o redirecionamento da ação de cobrança contra JOSÉ. Então, a relação processual somente se estabeleceu e se concretizou em 2014, ocasião em que ocorreu a citação válida dele, com a interrupção da prescrição que só se deu após o implemento do lapso prescricional quinquenal.

É consequência inafastável das normas em estudo, que não há interrupção da prescrição se a citação válida ocorre depois da concretização do prazo prescricional ou se ela não obedece a forma da lei processual, como na hipótese de direcionamento da ação contra parte ilegítima, como também ocorreu na espécie.

Nessa ordem de decidir, destaco o seguinte precedente da Corte Especial:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. IMPOSTO DE RENDA. RESTITUIÇÃO. AJUIZAMENTO DE AÇÃO INDENIZATÓRIA CONTRA PARTE ILEGÍTIMA. CITAÇÃO

VÁLIDA. AUSÊNCIA DE INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO. INTELIGÊNCIA DO ART. 202, INCISO I, DO CÓDIGO CIVIL/2002 E ART. 219, CAPUT E § 1.º, DO CPC/1973 (ATUAL ART. 240, § 1.º, DO CPC/2015). EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA CONHECIDOS E ACOLHIDOS.

1. Nos termos do § 1.º do art. 219 do CPC/1973, a citação válida, ainda quando ordenada por juiz incompetente, interrompe a prescrição, que retroagirá à data da propositura da ação. O § 1.º do art. 240 do CPC/2015, por sua vez, alinhado com a novo Código Civil, reza que a interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação.

2. O inciso I do art. 202 do Código Civil/2002 condiciona o efeito interruptivo da prescrição, a partir do despacho que ordenar a citação, "se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual".

3. É consequência inarredável das normas de regência que não há interrupção da prescrição (i) se a citação ocorre depois da implementação do prazo prescricional, salvo demora imputável à administração judiciária (§ 3.º do art. 240 do CPC/2015); ou, mesmo antes, (ii) se a citação não obedece a forma da lei processual. Nessa segunda perspectiva, se a ação é endereçada à parte ilegítima, claramente não foi observada a forma da lei processual e, por conseguinte, não há falar em interrupção do prazo prescricional.

4. Cumpre ressaltar que, no caso dos autos, não há falar em dúvida acerca da parte legítima - o que, eventualmente, poderia ensejar a mitigação desse entendimento acerca da interrupção do prazo prescricional -, porquanto as ações foram propostas apenas em face da União, parte já reconhecidamente ilegítima à época, em razão do julgamento do REsp n.º 989.419/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/11/2009, DJe 18/12/2009, sob o rito dos recursos repetitivos (Tema 193) e da edição da Súmula n.º 447/STJ: "Os Estados e o Distrito Federal são partes legítimas na ação de restituição de imposto de renda retido na fonte proposta por seus servidores." (Súmula n.º 447, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/04/2010, DJe 13/05/2010).

5. Embargos de divergência conhecidos e acolhidos para, cassando o acórdão embargado da Segunda Turma, conhecer do agravo em recurso especial e dar provimento ao recurso especial do ESTADO DO PARANÁ, a fim de restabelecer a sentença de primeiro grau, que havia declarado a prescrição da pretensão dos Autores, com a consequente extinção do processo, com base no art. 269, inciso IV, do CPC/1973.

(EAREsp n.º 1.294.919/PR, Rel. Ministra LAURITA VAZ, Corte Especial, julgado aos 5/12/2018, DJe de 13/12/2018, sem destaque no original).

Esta Turma, sobre o tema, se pronunciou no julgamento do REsp n.º 1.527.157/PR, da relatoria do e. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, no qual se discutiu se a citação válida, mas de parte ilegítima, possui eficácia interruptiva em desfavor da parte legítima contra a qual apenas se direcionou a demanda,

Superior Tribunal de Justiça

acolhido o pedido de emenda da petição inicial e realizada nova citação, após o implemento do prazo prescricional e o escoamento dos prazos previstos nos §§ 2º e 3º do art. 219 do CPC/73, contados do primeiro despacho ordinatório da citação. São estas as palavras do Relator:

[...]

Mas não só o despacho para a mera citação em uma ação cuja petição inicial atenda os requisitos do art. 283 do CPC/73 faz interrompido e retroagido o efeito da interrupção. Como já referi, haverá, ainda, a necessidade de **a citação realizar-se válida e tempestiva.**

Elegeu o legislador como que um ato complexo a deflagrar os efeitos materiais relativos à interrupção, notadamente a sua retroação. Conjugou-se o despacho que ordena a citação à hígida e tempestiva realização do ato citatório. Sem esta higidez formal e sem atender-se aos prazos previstos na legislação não haverá falar em retroação e nem em interrupção.

Ora, se inexistente citação, se ela é declarada nula, ou, ainda, se ela é realizada em pessoa totalmente diversa daquela que deveria responder pela prestação que se busca ver satisfeita na ação, não vejo como reconhecer-se interrompido o lapso prescricional.

Para a retroação do efeito interruptivo oriundo da citação tenho que é imperioso que o ato científico ocorra na pessoa daquele contra o qual se postula a condenação à prestação cujo prazo prescricional encontra-se em curso.

Com efeito, apenas a citação hígida e tempestiva da parte legitimada para estar no polo passivo da ação, conciliando-se, a um só tempo, a cessação da inércia do titular do direito à prestação e, ainda, a constituição em mora do efetivo devedor, enquanto efeito próprio da citação, é que se poderá entender interrompida a prescrição e, ainda, retroagidos os seus efeitos à data da petição inicial apta.

Não se justificaria ter o legislador eleito a conjugação da citação válida ao despacho que a ordena, se bastasse para a interrupção do prazo prescricional o mero ajuizamento da ação contra qualquer pessoa que não aquele materialmente responsável pela satisfação da obrigação.

Na hipótese dos autos, ademais, sequer se trata de hipótese em que a legitimidade passiva para a causa poderia ser considerada controvertida. O próprio demandante acabou por reconhecer que a sociedade empresária por ele originalmente indicada como ré sequer retransmitiria o sinal do SBT, empresa do ramo das telecomunicações em que veiculado o programa jornalístico em que propagandas as pretensas ofensas, senão o sinal da Record, que vínculo algum possuía com o referido programa televisivo.

Relembro que, de um modo ou de outro, as hipóteses legais previstas no Código Civil de interrupção da prescrição tangenciam a constituição em mora ou a ciência do devedor da prestação que se busca ver cumprida (sem destaques no original).

Observa-se da fundamentação supracitada a afirmativa de que se não existe citação, ou se ela é declarada nula, ou se é realizada em

Superior Tribunal de Justiça

pessoa diversa da que deveria responder pela prestação, não se reconhece a interrupção do prazo prescricional, entendimento que é perfeitamente aplicável ao caso em análise, seja porque a citação foi declarada nula, seja porque os réus previamente falecidos, não mais eram partes legítimas para figurar no polo passivo da demanda.

O acórdão recebeu a seguinte ementa:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO. CITAÇÃO VÁLIDA. AJUIZAMENTO DE AÇÃO INDENIZATÓRIA CONTRA PARTE MANIFESTAMENTE ILEGÍTIMA. EMENDA REALIZADA APÓS O IMPLEMENTO DO PRAZO PRESCRICIONAL. CITAÇÃO DA PARTE LEGÍTIMA OCORRIDA DE MODO INTEMPESTIVO, QUANDO JÁ ESCOADO O LAPSO PRESCRICIONAL. INAPLICABILIDADE DO EFEITO INTERRUPTIVO RETROATIVO.

1. Discussão acerca da eficácia interruptiva da prescrição operada pela citação válida, mas de parte ilegítima, em relação à parte legítima contra a qual apenas foi direcionada a demanda após o acolhimento do pedido de emenda da petição inicial.

2. Nova citação realizada apenas após o implemento do prazo prescricional e do escoamento dos prazos previstos nos §§ 2º e 3º do art. 219 do CPC/73, contados do primeiro despacho ordinatório.

3. Ação indenizatória por danos morais decorrentes de veiculação, em 15/06/2004, de matéria jornalística alegadamente ofensiva ajuizada em 13/06/2007, alguns dias antes do implemento da prescrição trienal prevista no art. 206, §3º, inciso V, do CC.

4. A maior parte dos precedentes do STJ, versando acerca dos efeitos interruptivos da prescrição advindos da citação válida, remontam a fatos ocorridos na vigência do art. 175 do CC/16, cuja revogação pelo CC/02 e posterior tratamento legislativo do tema, exige uma nova abordagem da questão.

5. A interpretação que mais bem atende ao disposto no art. 219, §1º, do CPC/73 e, ainda, ao art. 202, inciso I, do CC, é a de que apenas com a citação formalmente correta e tempestiva da parte legitimada para estar no polo passivo da ação, é que se poderá entender interrompida a prescrição.

6 Recurso especial desprovido.

(REsp nº 1.527.157/PR, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Terceira Turma, julgado aos 5/6/2018, DJe de 8/6/2018).

Para finalizar, destaco a doutrina de SÍLVIO DE SALVO VENOSA, segundo a qual a citação ordenada em processo anulado é idônea para interromper a prescrição, desde que a nulidade não tenha sido decretada justamente por vício da citação (**Código Civil Interpretado**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 310).

Nessa mesma linha, NERY JÚNIOR e ROSA MARIA, citando Cahali e Pontes de Miranda, entendem que *ocorre a interrupção da prescrição pela citação, ainda que o processo venha a ser anulado, salvo se o motivo da anulação é a invalidade da própria citação* (**Código**

de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante. 13. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013, p. 573).

E por fim, cá entre nós, difícil engolir pela presunção *omnis*, comum, que o CONDOMÍNIO não soubesse do falecimento dos antigos condôminos.

Diante de todo o exposto, considerando 1) que a prescrição não se interrompe quando a citação é considerada nula; 2) que a citação eivada de vício formal, como na hipótese de ilegitimidade passiva, não interrompe a prescrição; 3) que ela só retroage à data da propositura se a ação tiver condições de desenvolvimento válido e regular, o que não ocorre quando a emenda da inicial e determinação de nova citação se deram porque já decorrido o prazo prescricional; e 4) se o motivo da anulação do processo é a invalidade da citação, então, não há interrupção da prescrição, e por isso o recurso especial merece prosperar, e deve ser reconhecida a ocorrência da prescrição da pretensão de cobrança das taxas condominiais inadimplidas.

Cabe ressaltar que a solução encontrada pode ser vista, em um primeiro momento, como injusta, pois não há evidência de que o CONDOMÍNIO tivesse sido inerte na perseguição do seu crédito, bem como há indícios de má-fé processual por parte de JOSÉ que, com o falecimento de seus genitores, recebeu em 1999 a transmissão do imóvel objeto da cobrança das taxas condominiais, à luz do art. 1.784 do CC/02, que consagra o instituto do *droit de saisine*, bem como não promoveu o inventário dos bens no prazo legal, o que acabou contribuindo para a nulidade do processo e da própria citação efetivada por edital.

É evidente que JOSÉ sabia do seu dever.

Ocorre que, aqui, há um óbice intransponível que impede a confirmação do acórdão recorrido, pois ele entendeu que a citação válida, considerada posteriormente nula, por decisão preclusa, teria o condão de interromper o prazo prescricional, o que não se admite.

Ademais, a jurisprudência desta Corte Superior, que orienta o universo dos jurisdicionados e que tem por missão uniformizar o direito federal infraconstitucional, é firme no sentido de que a citação declarada nula não pode interromper o prazo prescricional.

Nessas condições, pelo meu voto, **DOU PROVIMENTO** ao recurso especial para reconhecer a ocorrência da prescrição.

Como visto, a análise da questão suscitada no presente Recurso Extraordinário perpassa pelo exame dos artigos 169; 206, § 5º e 219, todos do Código Civil/02, de modo que eventual afronta à Constituição Federal, se houvesse, seria indireta (**ofensa reflexa**), o que não legitima a interposição do apelo extremo.

Em casos análogos ao dos autos, confirmam-se os seguintes precedentes do Supremo Tribunal Federal:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PROCESSUAL CIVIL. MENSALIDADES. AÇÃO DE COBRANÇA. PRESCRIÇÃO. SUPOSTA VIOLAÇÃO AO ATO JURÍDICO PERFEITO. ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA REFLEXA. REITERADA REJEIÇÃO DOS ARGUMENTOS EXPENDIDOS PELA PARTE NAS SEDES RECURSAIS ANTERIORES. MANIFESTO INTUITO PROTETATÓRIO. MULTA DO ARTIGO 557, § 2º, DO CPC/1973. APLICABILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

Superior Tribunal de Justiça

(ARE 775056 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 31/05/2016, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-124 DIVULG 15-06-2016 PUBLIC 16-06-2016)

DIREITO TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS. RECEBIMENTO DOS DECLARATÓRIOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. DEBATE DE ÂMBITO INFRACONSTITUCIONAL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. DEMORA NA CITAÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO EM 02.6.2011. **A discussão travada nos autos não alcança status constitucional, porquanto solvida à luz da interpretação da legislação infraconstitucional aplicável à espécie.** Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento.

(RE 710647 ED, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 08/10/2013, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-211 DIVULG 23-10-2013 PUBLIC 24-10-2013)

Ante o exposto, com espeque no art. 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil, **não admito o recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 05 de setembro de 2019.

Ministra **MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
Vice-Presidente

(em atendimento ao despacho de fl. 825)